

**PARTE 1**

**Análise de  
aspectos  
morfoossintáticos**



# Tratamento dos *Corpora* de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e lingüísticos

AFRANIO GONÇALVES BARBOSA  
UFRJ/FAPERJ<sup>1</sup>



conjunto de cartas aqui batizado de *cartas dos avós* pode ser designado por *corpus*, uma vez que todos os papéis recortam-se por propriedades externas: são missivas de gente da terceira idade, identificada como de classe alta, redatores reconhecidamente cultos em sua época, escrevendo no círculo familiar e divididos pelo fator *sexo*. Mais que esses caracteres similares a um fictício *Projeto NURC do Império*<sup>2</sup>, o material passa a sensação de ser muito próximo do que chamamos *escrita cotidiana*, aquela menos opaca a aspectos da oralidade. Para irmos além das *sensações*, um dos caminhos de verificação empírica é tentar encontrar dados que façam recuar no tempo, em fenômenos variáveis, o registro escrito de variantes comuns, hoje, na oralidade. Outro caminho de confirmação desse caráter menos *artificial* pode ser tentar identificar estratégias de fragmentação vinculadas à oralidade.<sup>3</sup> Neste trabalho, noticiamos e apresentamos estudos de um material de qualidade significativa, seguindo a opção variacionista mencionada no âmbito da Sociolingüística Histórica, pois fenômenos de superfície gramatical podem revelar/confirmar fenômenos profundos da tessitura social.

Notícias de *corpora* significativos e representativos da língua portuguesa no Brasil, nos séculos XVIII, XIX e XX, têm demonstrado o avanço, nos últimos oito anos, da quantidade e da qualidade dos acervos disponibilizados à pesquisa histórica do português na América do Sul. O relatório do *Projeto Nacional Para a História do Português Brasileiro*<sup>4</sup> apresenta uma parte das veredas já percorridas. Diante das dificuldades gerais de se encontrarem materiais de cujos autores possam ser identificados os perfis sócio-culturais, vários desses materiais devem ser considerados *significativos* por

terem conseguido vencer uma ou mais dentre as dificuldades comuns na construção de *corpora* de sincronias passadas e, por terem reunido caracteres especiais em seus recortes, tais como: 1) sabe-se serem verdadeiramente autógrafos; 2) sabe-se a naturalidade de todos seus autores; 3) sabe-se de que tradição discursiva (oficial, religiosa, etc.) são oriundos, e conta-se com a descrição de seus principais ritos e fórmulas; 3) foi-se capaz de contrapor homens a mulheres; 4) conta-se com grande volume de fólhos distribuídos por longo período, o que permite estudo diacrônico com vários pontos de comparação; 5) conta-se com grande massa de textos editados sob os mesmos critérios e reunidos de diferentes locais do Brasil; 6) pode-se contrapor impressos a manuscritos; 7) conta-se com tipologia cada vez mais variada; 8) começa-se a controlar elementos discursivos fundamentais para a *provocação* de uma escrita mais cotidiana.

Alguns dentre eles são mais que *significativos*, são *representativos*, pois além de um dos méritos citados, apresentam a qualidade de escrita de um grupo sócio-cultural de determinada época – seja escrita cotidiana ou especial. Dessa forma, o texto de um negro alfabetizado no século XVIII é significativo por conta da quase impossibilidade de ser encontrado material como esse. Contudo, mesmo que achado, esse material não representaria, necessariamente, a linguagem de negros da época: poderia estar repleto de fórmulas e padrões lusos. Em contrapartida, textos de uma tradição discursiva européia de contornos bem fixados, como os de *atas*, podem ser representativos de uma dada comunidade de negros se eles reúnem aspectos do contexto de vida dessa mesma comunidade que o produziu com regularidade. Mapeando-se as fórmulas lusas repetidas pela mão do negro alfabetizado, separamos os trechos de escrita cotidiana onde marcas da linguagem do grupo desse redator podem transparecer.

É fato que muito progredimos nas *notícias de corpora*. No entanto, o estágio atual de nosso trabalho coletivo já comporta um tratamento mais refinado desses *corpora*, abordagens as quais controlem certas dimensões textuais independentes dos rótulos originais apensos a cada escrito, ainda que dimensões coordenadas a essas mesmas tipologias já fixadas. Em outras palavras, dimensões que se sobrepõem aos diversos gêneros textuais, tornando-se uma segunda opção de tratamento além daquele normalmente aplicado nos trabalhos variacionistas, ou seja, a de operar com os tipos de textos na qualidade de fator externo de controle sociolinguístico, lado a lado, em mesmo nível de pressupostos teóricos, de fatores externos como *localidade* e *sexo* nas codificações de nossos trabalhos.

Na verdade, essas dimensões supratextuais começavam a despontar já quando propúnhamos os jornais do século XIX como módulo independente no quadro dos *corpora* do PHPB<sup>5</sup> e as macrocategorias para os manuscritos coloniais noticiadas em Barbosa (2002). Tanto para uns, quanto para os outros, a dimensão externa estava baseada nos diferentes modos de circulação dos textos que efetivamente ditavam diferente sintonia de escritura a guiar as opções lingüísticas dos redatores, afastando,

ou aproximando seu produto final da escrita cotidiana de sua época. Assim sendo, a diferente situação de escrever uma missiva para ser lida por alguém do círculo privado, ou por leitores desconhecidos de um jornal que a veiculasse, ou ainda por alguma autoridade em instância oficial, qualquer uma dessas situações promovia diferenças lexicais e estruturais em um mesmo redator. Nada tão diferente do que hoje percebemos nos escritos contemporâneos e categorizamos como diferenças de *registro*, ou universalmente como *formal e informal*. Para os textos contemporâneos, não há tanto problema em perceber esses diferentes registros, pois vivemos a mesma época e compartilhamos dos valores de nossas normas objetiva e subjetiva, no sentido coseriano, disseminados e, a despeito de podermos ter um informante culto em atitude informal (ou outro, de menor erudição, sendo formal quando lhe aprover), formalidade e norma culta, tal como informalidade e norma não culta parecem caminhar bem próximas no plano da escrita cotidiana. Hoje, vivemos sob uma forte reação purista que conta não apenas com nomenclatura e ortografia oficiais, mas com o senso geral de que o registro da escola é a língua culta; temos à mão diversas descrições de registros escritos, sonoros e imagéticos para construirmos nossos *corpora* e investigarmos aspectos quantitativos e qualitativos da linguagem em uso. Para nós, gente do século XXI, fica fácil construir um *Appendix Probi* para cada cidade e avaliar o português popular, seja em escritos cotidianos, seja, inclusive, em escritos formais de autores inábeis repletos de marcas populares.<sup>6</sup>

Mas como saber o que se *compreendia*, ou simplesmente se praticava, como *informal* nas sincronias passadas, se só contamos com a subjetividade de nossa própria avaliação de leitores contemporâneos, com nossa intuição formada sob nossos parâmetros de formalidade, sob as concepções de cultura escrita de nossa época? Enfim, cabe perguntar qual era(m) a(s) forma(s) modelo de cultura escrita de que um dado redator se afastava em sintonias gradientes ao ponto da “in-formalidade”, ao ponto do texto escrito com menos formas de tradições discursivas, mais próximo de uma escrita cotidiana. Se não podemos supor um produto escrito completamente isento de tradições discursivas, podemos supor que o mais distante de tradições bem definidas, a escrita cotidiana, seja o mais próximo que a modalidade escrita pode estar da oralidade; podemos supor que, por ele, captaremos usos lingüísticos mais salientes da norma geral vernácula.

Esse é um dos desafios metodológicos para os que se ocupam do trabalho propedêutico da Crítica Textual dos materiais não-literários reunidos em *corpora* para as investigações sobre a História do Português Brasileiro. Precisamos discutir se é possível operar com critérios mais objetivos, época a época, de controle do grau de formalidade vinculado tanto ao distanciamento entre emissor e receptor, quanto relacionado ao grau de erudição dos materiais manuscritos que nos caem em mãos. De fato, o grau de erudição que habilita o rótulo *culto* a redatores do passado às vezes é a raiz do que nos causa a impressão de formalidade. Para enfrentar esse desafio, faz-se necessário estabelecer – e descrever – um referencial de norma culta para cada sincronia passada que investigamos.

Neste trabalho, pretendo discutir uma possibilidade de controle mais seguro que nossa intuição contemporânea a partir de marcas internas provocadas por parâmetros externos de escritura. Pretendo, assim, ainda que incipientemente, refletir sobre a construção de um provável parâmetro de norma culta objetiva no século XIX no Brasil, ou seja, não a ensinada na escola, mas aquela efetivamente praticada na sociedade, para depois propor a descrição de um de seus aspectos gráficos. Estabelecido o referencial oitocentista, apresento sua aplicação ao conjunto de cartas pessoais da família Ottoni, redatores cultos em sua época, o *corpus* central da equipe carioca. Por fim, levanto outro ponto nada pacífico: corresponderiam aos aspectos gráficos, aspectos morfosintáticos? Visando esboçar uma resposta, lanço mão da forma nominal *gerúndio* para verificar a distribuição de suas ocorrências consideradas mais e menos comuns na modalidade escrita: estruturas sintéticas e analíticas.

## **À procura de um parâmetro da cultura escrita oitocentista: a etimologização gráfica**

Em termos de fontes escritas de sincronias passadas, qual o desejo de consumo do investigador em lingüística histórica? Se o que queremos encontrar são os materiais escritos mais transparentes aos usos gerais da fala, um suposto ideal seriam os textos de cultos, semicultos ou incultos desvinculados das tradições discursivas mais marcadas, mais formulares, mais sintonizadas com o distanciamento entre emissor e receptor, mais identificadoras das instituições oficiais, religiosas e literárias, melhores tradutoras da pompa e circunstância usadas para diferenciar quem é quem no jogo social. Que textos seriam esses? Talvez sejam mesmo as missivas trocadas em circulação privada (pessoais ou as da administração privada) o que mais se aproxime de uma escrita cotidiana, aquela que tem maior chance de alcançar o limite possível de transparência na escrita de dados da oralidade, ocorrências de formas novas em difusão na sociedade. Contudo, depois de reunidas e editadas com critério, não está garantido que as peças epistolares estejam nos revelando usos lingüísticos difusos à época. E por que não? Porque dificilmente sabemos os padrões de cultura escrita de cada período em que estiveram aumentando a dicotomia entre o que era usual na fala do redator e o que ele punha no papel. Em outras palavras, não sabemos o que era ser culto no passado, tampouco se o que sentimos como formal, fosse, para eles, informalidade.

Resta-nos executar estratégias para minorar o problema: 1) reunir, quando possível, informações sobre o perfil sócio-cultural de cada autor, apesar de, mesmo quando isso dá certo, não sabermos coisa alguma de sua formação escolar; 2) examinar gramáticas e manuais de cada período para descrevermos o que era predicado, enfim, sabermos da norma culta subjetiva, ou seja, as regras fixadas pelas gramáticas escolares; 3) identificar redatores inábeis ou pouco hábeis por meio de marcas paleográficas e supragráficas na esperança que aos seus índices de oralidade na grafia correspondam usos da oralidade em outros níveis gramaticais.

Esses expedientes são fundamentais para a representatividade dos *corpora* que editamos. Mas podemos somar a eles novas tentativas de identificação da norma culta e do grau de formalidade que, por vezes, afasta os materiais do que entendemos por escrita cotidiana, ainda que esses textos sejam do gênero sempre apontado como nossa grande esperança de medalha nas *inglórias olimpíadas dos corpora*: o gênero epistolar.

Uma dessas novas tentativas deve enfrentar o problema da identificação do redator culto dentre autores de cartas completamente desconhecidos, quer dizer, dos quais nada sabemos: nem onde, nem quando, nem como estudaram; se foram poderosos, se assumiram cargos públicos; se tiveram destaque social. Esse enfrentamento implica identificar, antes, um caminho de descoberta da norma culta escrita objetiva – e não apenas a norma subjetiva predicada nas gramáticas e manuais ortográficos de cada época. E por quê? Porque somente tendo um referencial descrito, um modelo real definido é que seremos capazes de avaliar o quanto um dado redator se aproxima dele. Essa avaliação deverá ser segura para redatores desconhecidos se conseguirmos testá-la antes. Em outras palavras, precisamos saber se a dita *aproximação* funcionaria. A solução é testar isso controlando se um dado redator previamente identificado como *informante culto* deixa seu texto, ainda que de circulação privada, mais *formal*, por aproximar determinadas marcas textuais daquelas usadas no modelo de norma culta objetiva de seu período histórico.

Formalidade pode ser entendida como adequação a um modelo, a uma convenção, ou como uma atitude de distanciamento entre emissor e receptor. Os dois níveis são independentes, mas relacionados. Veja-se que um redator culto, mesmo quando escreve sem pressão de formalidades, sem preocupação de vigiar seu próprio produto, sempre deixa, em algum nível – e de alguma forma – em seu texto, alguma marca daquilo que, no contexto de sua época, é considerado padrão culto. Seja em um bilhete para um empregado doméstico, far-se-á notar o convívio desse redator com a cultura escrita. É o raciocínio inverso ao aplicado ao redator tido como não culto, afastado dos ditames do modelo padrão de comportamento lingüístico (contatado na escola e/ou na leitura freqüente de textos ao padrão). Esse tipo de redator, mesmo que decida redigir um texto formal, deixará evidente, pelos seus *desvios*, que ele não convive com os gêneros discursivos modelares da cultura erudita de sua comunidade. Enfim, o domínio do que se compreenda como norma culta interfere na real formalidade de um dado material escrito.

Para a definição dos caracteres dos *corpora*, é importante saber se se aumenta a distância entre o produto que está diante do pesquisador (o texto) e as normas gerais de uso da época em foco em função de o texto produzido pretender-se consoante a determinado gênero textual que exija maior vigilância de formalidades – sejam em fórmulas fixadas, sejam cerimônias evocadas pela necessidade de distanciamento para com o receptor da mensagem, por exemplo, para com um rei, um ministro, o chefe da estação de trem, enfim, qualquer cargo em assimetria social. Mas como fazer isso?

Teoricamente, para sabermos o quão culto um dado redator seria em uma determinada fase histórica, será necessário, primeiro, vislumbrar os valores de erudição da época que difiram dos da nossa; depois, reconhecer os modelos textuais de padrão culto objetivamente à disposição. Por fim, qualquer estratégia metodológica deverá preocupar-se em definir um referencial indubitavelmente identificado como marca de prestígio na cultura escrita da época e do lugar em questão. Uma vez reconhecidos os textos-modelo e definida uma marca objetiva, dever-se-á identificar se haveria um padrão quantitativo dessa marca que perpassasse os textos-modelo. Se se chegar a esse padrão, poder-se-á, em função dele, *medir* a distância entre os textos que comporiam nossos *corpora* e o padrão culto da fase em que foram produzidos.

Queremos propor, para o século XIX, os jornais como textos-modelo, e a grafia etimologizante como marca de prestígio culto. Assim, a medição do *grau de cultura* dos redatores pelo padrão quantitativo de uso de etimologias greco-latinas poderá aumentar as chances de encontrar *corpora* de escrita cotidiana. A proposta deve ser esmiuçada.

Até as bases da ortografia de 1885, de Gonçalves Viana e Vasconcellos Abreu, e a efetiva comissão de 1911<sup>7</sup>, as grafias etimológicas, ou pseudo-etimológicas, imperaram na língua portuguesa. De fato, mesmo no período medieval – apontado como a fase fonética da ortografia lusa – ao lado de soluções medievais para os diferentes sons neolatinos, as tradições gráficas greco-romanas faziam-se presentes num jogo pendular entre práticas etimologizantes e práticas onde os índices grafo-fonéticos se manifestavam. Se no período medieval, livre de manuais e de orientações normativas, a escrita fonética se fazia sentir sobremaneira, mas sem excluir as práticas latinizantes, após o século XVI, a própria orientação das ortografias e gramáticas oscilava entre esses dois pólos: ora mais fonética, ora mais etimológica. Quer dizer, os redatores, por exemplo, do século XVIII encontravam respaldo para suas próprias variações gráficas na norma subjetiva predicada que era pluri-ortográfica.<sup>8</sup> Pode-se dizer que fazia parte da cultura escrita medieval a forte presença, se comparada a outros períodos, de marcas fonéticas, ao passo que fazia parte da cultura escrita clássica e pós-clássica a oscilação entre as duas orientações.<sup>9</sup>

E no chamado período pseudo-etimológico de quase todo século XIX? Houve a relatinização, por vezes errônea, de vários vocábulos portugueses. Poderia ser esse um caminho para a identificação de um referencial objetivo para nosso controle do grau de cultura, melhor dizendo, do grau de aproximação de um dado redator à cultura escrita dos oitocentos, pois seria um valor de prestígio e erudição grafar os itens lexicais sem as oscilações fonéticas ainda previstas até o século XVIII;<sup>10</sup> mais que isso, seria um valor geral de prestígio imbuir a grafia de seus textos da grafiações latinizadas. Podemos supor que, na aplicação desse princípio da época, a grafiação que realmente revele uma grafia original latina possa nos informar do grau de cultura erudita dos redatores.



Temos, portanto, dois controles objetivos: o quanto um indivíduo investe em grafias latinizadas em seu escrito e o quanto ele acerta em relação ao latim escrito. Formulamos, então, duas hipóteses:

1. Quanto mais encontrarmos de grafias latinas em um autógrafo oitocentista, mais seu autor teria estado em contato com os meios de transmissão de modelos de erudição, sejam escolares, de norma subjetiva ou de norma objetiva.
2. Se, e somente se, o uso da grafia for significativo – em quantidade e variedade consideráveis – quanto mais o referido redator mantiver em paralelo perfeito entre a forma latina oficial e o que escreve, maior seria o grau de conhecimento da norma culta de sua época via estudo (particular, público ou religioso).

Podemos atribuir à primeira hipótese uma *taxa de uso* de formas relatinizadas e à segunda uma *taxa de acerto* dessas mesmas formas. Matematicamente, poderemos chegar a elas se identificamos, primeiro, o percentual de palavras latinizadas em relação ao total de palavras do texto (taxa de uso) e, segundo, se verificamos em obras de referência da grafia latina, de preferência da mesma época, se a grafia empregada corresponde de fato ao modelo oficial (taxa de acerto). Dessa forma, controlando essas taxas, seríamos capazes de avaliar se um redator desconhecido, do qual não tivéssemos quaisquer informações sobre sua formação cultural, estaria mais distante ou mais próximo de um dos valores da norma culta escrita de sua sincronia, para nós já passada há muito. De certa maneira, poderíamos atribuir a ele uma adaptação do recorte *informante culto/ não culto* de nossos *corpora* orais, e isso de maneira objetiva, calcada em sinais mensuráveis, escapando, assim, da eterna insegurança de não sabermos se o que é culto hoje era tido como culto no passado. Mais que isso, sabendo se um dado *informante* oitocentista era de cultura erudita ou simplesmente culto, podemos diferenciar os nossos *corpora* também em termos de formalidade. Isso porque, num contexto informal, de aproximação do *Pathos* entre emissor e receptor, poderíamos controlar se o que sentimos como formal em nossa leitura orientada pelos diferentes valores de cultura escrita contemporânea não seria, de fato, o vetor *culto* (domínio da cultura escrita) se sobrepondo ao vetor *situação formal* (distanciamento entre quem escreve e quem recebe o escrito por relação social assimétrica). O grau de habilidade do escrevente, um terceiro vetor operacional de tratamento dos *corpora*, serviria para identificar, primeiro, os escreventes inábeis ou pouco hábeis, e depois, cruzando esse vetor com os outros, verificaríamos as chances de nossos materiais estarem mais abertos a transparecerem, em sua escrita cotidiana, usos gerais das normas vernáculas da época.

O que precisamos para verificar se esse caminho metodológico pode lograr êxito? Primeiro, definir um texto-modelo de norma objetiva para o século XIX no Brasil de modo a não ficarmos sem saber se o predicado na(s) norma(s) subjetiva(s) – nas gra-

máticas e manuais ortográficos – era, de fato, aplicado pelos redatores cultos; depois, estabelecer as taxas de uso e de acerto nesses textos-modelo; e, finalmente, testar se elas correspondem às taxas da produção escrita autógrafa de informantes dos quais saibamos, por pesquisa histórica, o perfil sócio-cultural. Se as taxas valerem para um culto oitocentista, estaremos comprovando, no mínimo, que o caminho pode estar correto para a aplicação em textos dos informantes desconhecidos. Nesse ponto é que podemos dimensionar nossa escolha pelos jornais como texto-modelo no Brasil dos oitocentos, e dimensionar, também, a importância do conjunto que denominamos neste trabalho, *cartas dos avós* da família Ottoni.

## **A construção de uma referência de norma culta no século XIX: o advento dos periódicos no Brasil**

Até o início do século XIX, estivera proibida a impressão no Brasil. Fora casos isolados de prensas clandestinas, devidamente perseguidas e desmanteladas, toda produção impressa no Brasil colônia era importada. Uma consequência que podemos inferir dessa situação é que os capacitados para a leitura tinham relativamente pouco material impresso à sua disposição que lhes servisse de referência do modelo de cultura escrita. Quer dizer, se já nos é difícil saber exatamente o que das gramáticas oitocentistas que conhecemos era efetivamente usado no ensino público, clerical e privado, fica mais difícil ainda saber o grau de difusão e de alcance social de determinadas obras impressas. No máximo, encontrando testemunhos registrados em papéis dispersos, ou conferindo títulos de obras em listas de espólios, podemos vislumbrar alguns textos mais recorrentes nas bibliotecas dos homens letrados.

Com o evento da liberação da impressão no país, só após a chegada da família real portuguesa no Rio de Janeiro, começaria um processo de avanço do parque gráfico brasileiro que rapidamente se espalhou por todas as províncias, levando vários periódicos ao público leitor por todo lado do Brasil Imperial. Se na sociedade brasileira havia poucos alfabetizados, antes do advento dos jornais, esses poucos contavam com muito menos material impresso a servir-lhes de modelo de cultura em diversos níveis. Veja-se um testemunho de época recolhido por nós sobre a multiplicação dos periódicos nas primeiras décadas do século XIX.

“Da imprensa no Brasil

Se os progressos da Imprensa fossem os degrãos | certos d’hum thermometro para o adiantamento da civilização, podíamos nos felicitar do nosso avança- | mento, pois que de quatro annos para cá o nu- | mero das publicações periódicas tem quadruplicado | no Brasil. Em 1827 apenas se contavão 12 ou 13, | e hoje, conforme a conta tirada da Aurora de Sexta | feira 26 do corrente, 54 sahem á luz do Imperio; | destas 16 pertencem á Corte . Em 1827 apenas há- | vião 8, e por tanto o numero tem dobrado; ...” (Revista *O Beija-Flor*, Rio de Janeiro, 1830).

Inicia-se o progresso não apenas do número de periódicos, mas também do de leitores de periódicos tanto locais, quanto regionais e nacionais. Certas publicações circulavam em outras províncias pelo sistema de assinatura. Um bom exemplo disso fica claro no fragmento a seguir.

“Um nosso assignante de Tapera Grande queixa-se de que todas as semanas lhe faltam numeros da Platéa e que o que succede com o nosso jornal succede com o “Estado de São Paulo”, “Diario de Campinas”, “Cidade de Campinas”, “Apparecida do Norte”, “Progresso de Itatiba” e “Correio de Campinas”, folhas que assigna, que as respectivas administrações remetem, mas que são alli entregues às vezes com grande atraso e que outras vezes não recebe. || Já a respeito do correio de Tapera Grande temos lido n’outros jornaes reclamações contra o serviço alli feito; agora, por nossa vez, levamos tambem ao conhecimento do digno administrador dos correios a justa reclamação que nos dirige o nosso assignante n’aquella localidade.” (*A Platéa*, abril de 1898).

Na história social da escrita no Brasil, os periódicos passaram, assim, a ser os principais meios de difusão dos valores e usos da cultura letrada. Por meio deles, inclusive, foi possível incrementar a difusão de textos literários na sociedade. Fosse pela leitura silenciosa, fosse pela leitura em voz alta nos espaços públicos ou nos saraus familiares, não só modelos de linguagem culta transitaram por entre as gentes, mas também modelos simbólicos de herói, de estética, de ficção, de linguagem estilizada. O modelo folhetesco dos impressos oitocentistas foi transmitido aos folhetins radiofônicos da primeira metade do século XX (radionovelas) e sobrevive até hoje com grande penetração na cultura popular brasileira nos folhetins televisivos (telenovelas). Em um Império Sul-Americano de poucos livros, de imenso número de alfabetizados no âmbito particular, os jornais e demais periódicos foram os verdadeiros espaços de difusão dos modelos de pensamento e opinião de grupos. Isso é constatado na longa lista de periódicos temáticos oitocentistas. Os dedicados à política tiveram papel importante em várias lutas sociais à época, como, por exemplo, nos levantes abolicionistas e republicanos. A imprensa, livre e espalhada por todas as regiões do país, foi o grande modo de circulação da norma culta objetiva por meio dos diversos gêneros textuais nela veiculados.

Decidimos, então, investir na construção de *corpora* impressos oitocentistas, entendendo-a como etapa *sine qua non* para descrição e análise de aspectos desses textos-modelo. Levantamos, transcrevemos e editamos materiais literários e não-literários de jornais cariocas oitocentistas que já se encontram, em parte, disponibilizados na rede mundial de computadores: [www.lettras.ufrj.br/~folhetim](http://www.lettras.ufrj.br/~folhetim). Nesse endereço eletrônico, encontram-se, de um lado, folhetins na íntegra para os estudiosos de nossa literatura e, do outro, partes desses mesmos folhetins contrapostas ao material não-literário – em sua maior parte composto por *notícias* – retirado dos mesmos exemplares onde figu-

ravam os folhetins por nós editados. Dessa forma, poderemos avaliar se determinados fenômenos distribuíam-se diferentemente entre os dois tipos de textos ou se, havendo igual distribuição, seria um caso de neutralidade na escrita dos jornais.

Pensando em nosso caso aqui em foco, temos, com a organização desse material, cumprida a primeira exigência de nosso estudo: obtivemos um *corpus* modelo efetivo de escrita culta para identificarmos as taxas de uso e de acerto das etimologias latinizadas, elemento valorizado na literacidade oitocentista. Falta-nos, contudo, um *corpus* autógrafo para a verificarmos se haveria, ou não, paralelo entre ele e o *corpus* modelo impresso. Faltava-nos.

### **O corpus teste: as cartas dos avós**

Com o conjunto cartas de Ottoni, de 1875, para seus dois netos, Mizael e Christiano, agora reeditado com *fac-simile* na parte 2 deste livro, podemos contar com autógrafos de um redator cujo perfil sócio-cultural fora identificado por fontes historiográficas externas: professor, engenheiro, senador, um erudito em seu tempo. Para completar a excepcionalidade do acervo, ainda contamos com cartas de sua esposa, de quem ainda não descobrimos, sequer, pistas de sua formação escolar. A impressão que se tem pela leitura de suas cartas, pelo uso de variantes mais populares, como observou Lopes (2004), é a de que a avó, apesar de letrada, não se comporta com forte compromisso com a norma culta. Resta-nos verificar isso por comparação que triângule *jornais*, *cartas do avô* e as tais *cartas da avó*. É mais um passo nos testes de nossa hipótese.

Tudo está ao nosso favor para identificarmos esse conjunto de cartas como *escrita cotidiana*, aquela mais afastada de tradições discursivas muito marcadas. Trata-se de missivas de circulação particular, em situação informal.<sup>11</sup> Evidente que não podemos afirmar isso de modo categórico nem para os dias de hoje, muito menos para o passado. Mas a informalidade pode ser defendida ao menos nas formas de tratamento com que os avós se dirigem aos netos Mizael e Christiano. As expressões de carinho e saudade revelam uma relação que não comporta o distanciamento típico entre emissor e receptor quando em assimetria. Nesse sentido, seriam textos informais.

Os estudos realizados pela equipe carioca do PHPB<sup>12</sup> demonstram a significância e representatividade do material. No âmbito deste trabalho, vejamos o que revelam os dados gráficos usados como referencial de norma culta quando comparados os dois *corpora*.

### **Resultados Quantitativos das Etimologizações**

Procedemos ao levantamento de vocábulo com grafia latinizada (ou helenizada) em dois folhetins disponibilizados virtualmente em nosso *corpus*<sup>13</sup>, a saber, *A Flor das Favas e Inês de Las Sierras*. Para contraste, recolhemos dados, também, de textos não-literá-

rios, em sua maior parte, notícias. É importante dizer que o referido *corpus* contrapõe, sistematicamente, textos literários a não-literários publicados na mesma edição dos periódicos-fonte. Dessa maneira, tentamos aumentar as chances de os leitores terem tido os mesmos modelos de escrita, fato difícil de garantir caso lancemos mão de periódicos distintos, ou mesmo de exemplares diferentes de um mesmo periódico.

Até aqui, o total de dados de folhetins e notícias chegou a 42.269 palavras retiradas dos jornais. Dentre eles, recolhemos um total de 1.563 vocábulos em que havia algum tipo de etimologização gráfica. Para conseguirmos a nítida imagem do que nos causa a impressão de *exagero* de grafações etimologizadas durante o século XIX, decidimos levantar apenas os casos de latinizações gráficas que não permaneceram até nossos dias. Assim por exemplo, vocábulos tais como “descer” não foram contabilizados. Como a latinização aparentemente mais freqüente era a duplicação de consoantes, controlamos em grupos distintos as ocorrências dessas geminadas e outros tipos de latinismo. Outro controle aplicado foi verificar se a grafia latinizada nos vocábulos portugueses refletia, de fato, o significante do vocábulo latino (verdadeira etimologização), ou se não (falsa etimologização). Desse expediente, valem-nos para definir a *taxa de acerto* em cada material. Após esses procedimentos por sobre os 1.563 dados, formamos listas como estas:

<b>Etimologização gráfica</b>				
<b>Número</b>	<b>Palavra</b>	<b>Verdadeiras</b>	<b>Falsas</b>	<b>Forma latina</b>
<b>1</b>	Condemnal-o	X		Condemno, are
<b>2</b>	objecto	X		objectus, us
<b>3</b>	charo		X	Carus, a, um
<b>4</b>	catastrophe	X		catastroph <sup>a</sup> Gr. Katastroph <sup>e</sup>

<b>Etimologização gráfica por geminadas</b>				
<b>Número</b>	<b>Palavra</b>	<b>Verdadeiras</b>	<b>Falsas</b>	<b>Forma latina</b>
<b>1</b>	official	X		Officialis
<b>2</b>	pillar		X	pilare
<b>3</b>	remettidos	X		Remitto, ere
<b>4</b>	trans-   mittindo	X		Transmitto, ere

A latinização, realmente, encontra na geminação gráfica a principal estratégia: o dobro dos dados de etimologização constitui-se de duplicações de consoantes. Interessante notar que a proporção de latinismos específicos do período estudado é bem menor do que nossa expectativa criada ao lermos materiais oitocentistas – a impressão que temos é a de haver enormemente mais latinizações no século XIX do que no XX. A taxa de uso de termos com grafias relatinizadas nos jornais foi de apenas **3,69%** do total de itens lexicais – 1.563 dentre 42.269 vocábulos.<sup>14</sup> Proporção bem pequena mas com efeito bem grande aos olhos contemporâneos doutrinados pela ortografia fonológica homogeneizante. De qualquer modo, para sabermos se essa taxa dos impressos servirá como referência para a identificação de redatores cultos, precisamos saber se os jornais acertavam no simulacro que faziam da forma latina. Em outras palavras, temos de calcular a proporção de acerto de cada jornal para estabelecermos a média geral. Observem-se os resultados parciais a seguir:

<b>QUADRO 3</b>	<b>Taxas grafemáticas na primeira amostra</b>
<b>Jornal <i>Diário do Rio de Janeiro</i> – 1843</b>	
<b>Corpus : folhetim <i>A Flor das Favas</i> e mais textos não-literários</b>	
<b>1) Taxa de uso:</b>	<b>3,72%</b> de latinizações (861 dentre 23.128 vocábulos)
<b>2) Taxa de acerto geral:</b>	<b>90,82%</b> de latinismos verdadeiros
Taxa de acerto nos textos não-literários: 90,6%	
Taxa de acerto no folhetim: 90,94%	

<b>QUADRO 4</b>	<b>Taxas grafemáticas na segunda amostra</b>
<b>Jornal <i>Diário do Rio de Janeiro</i> – 1842</b>	
<b>Corpus : folhetim <i>Inês de Las Sierras</i> e mais textos não-literários</b>	
<b>1) Taxa de uso:</b>	<b>3,66%</b> de latinizações (702 dentre 19.141 vocábulos)
<b>2) Taxa de acerto geral:</b>	<b>89,88%</b> de latinismos verdadeiros (631 casos)
Taxa de acerto nos textos não-literários: 88,29%	
Taxa de acerto no folhetim: 91,19%	

Destaque-se bem o fato de não ter havido discrepância entre textos literários e não-literários. O padrão manteve-se tanto no número elevado das geminadas, quanto nos valores dos outros casos de etimologização. Percebe-se que, ao menos nesses jornais de grande circulação à época, existe uma certa regularidade nesse aspecto grafemático. As taxas de acerto parciais definem a impressionante média de correção de **90, 35%**. Ao que parece, esses resultados constituem um forte indício de os textos-modelo da norma objetiva no século XIX terem sido os jornais. Se os redatores (ou revisores) dos jornais revelam conhecimento tão seguro da grafia erudita, isso habilitaria a taxa de uso antes apontada (**3,69%**) como, realmente, um referencial objetivo de avaliação para considerarmos se o autor de um dado texto escrito – pela proximidade de sua própria taxa de uso em relação à dos jornais – seria detentor desse elemento de erudição, ou seja, um homem *culto*. Faltava-nos a *prova real* com um erudito dos oitocentos. Se nossa hipótese funcionasse com ele, comprovaríamos o que construíamos teoricamente. O senhor Ottoni, nosso informante do passado, ajudou-nos fornecendo os seguintes resultados:

<b>1) Taxa de uso:</b>	<b>2,81%</b> de latinizações (204 dentre 7.239 vocábulos)
<b>2) Taxa de acerto geral:</b>	<b>92,15%</b> de latinismos verdadeiros

Os textos desse redator culto com que trabalhamos foram produzidos em situação de escritura privada e *afetiva*, o que os afasta dos formatos e fórmulas das *tradições discursivas* bem marcadas, como a dos ofícios que ele mesmo escrevia no Senado Brasileiro. Mais que isso, na relação que demonstra viver com os netos, não apresenta a *atitude discursiva formal*, ou seja, aquela que mantém o distanciamento em relação ao receptor. Temos, portanto, grandes chances de colher traços da norma geral da época. Por ser ele um erudito, ainda que evite estilizações, seu padrão lingüístico escrito nunca nos revelaria fatos da norma popular. De fato, levando em conta sua formação, o mais provável é que seu texto cotidiano nos oferte traços da norma culta da época o mais isenta possível de elementos de tradições discursivas fortemente marcadas.

Nossas expectativas vieram a ser reforçadas pela impressionante proximidade entre as taxas de latinizações das cartas do avô – *de uso*, 2,81% e *de acerto*, 92,15% – e as taxas encontradas em nosso texto-modelo – *de uso*, 3,69% e *de acerto*, 90, 35%. Ao que parece, os resultados do senhor Ottoni confirmam nossa hipótese de valerem os periódicos impressos no Brasil do século XIX como modelo de norma culta. Isso irá valer-nos para quando não soubermos coisa alguma do perfil sócio-cultural de outros homens daquele século. Taxas próximas às dos jornais serão indícios de homens cultos; isso poderá sustentar, com mais segurança o controle *culto versus não culto* em nossos trabalhos em Sociolingüística Histórica.

Por essa metodologia, pode-se saber do grau de cultura – de proximidade à cultura escrita oitocentista – tanto de 1) *um erudito*, como o senador Ottoni; quanto de 2) *um informante culto*, quer dizer, um informante de grau intermediário; e 3) *um informante de cultura mediana*, ou seja, alguém alfabetizado, mas sem maiores contatos com os meios de educação e cultura de sua época. Fora e abaixo desse eixo de *cultura*, estariam aqueles *semicultos*, rótulo que exige cuidado, pois na bibliografia especializada, volta e meia, tem sido confundido com a questão da inabilidade na escrita alfabética.<sup>15</sup> As chamadas *mãos inábeis* estão mais vinculadas ao treinamento de escrita.<sup>16</sup> Lembremos que para a sociedade colonial, por exemplo, podemos conceber um inábil, ou mesmo um analfabeto, como conhecedor da cultura dos textos-modelo e vinculado aos círculos do poder por exercer cargos de destaque. Ele poderia ser, inclusive, tido por seus contemporâneos como *culto*, apenas não dominava a técnica de escrita, sendo, portanto, inábil.<sup>17</sup>

Se o texto-modelo de nossa investigação apresenta taxa em torno de 3%, su-  
pomos os entornos de 2% e 1% como graus abaixo. Sendo assim, encontramos a  
confirmação de que o referido *informante de cultura mediana* teria um padrão cerca  
de 1% nos resultados da senhora Ottoni: sua **taxa de uso de 1,29%** de latinismos  
(24 dentre 1.855 vocábulos) confirma nossa impressão de leitura de uma pessoa de  
cultura normal, mediana.

Outros elementos reforçam seu perfil de redatora em grau menor de contato  
com a cultura erudita de sua época. Enquanto o avô só apresenta dois dados de  
um mesmo caso de índice fonético, o item lexical <quasi> (no lugar de <quase>),  
comum também, vale lembrar, nos impressos coevos, a avó chega a cinco: três  
dados de <mai> (no lugar de <mãe>), um de <Pinhorarão> (no lugar de <piora-  
ram>) e um de <Cauza> (no lugar de <causa>). Além disso, ela não apenas latiniza  
vocábulos comuns que ele grafou corretamente, espelhado no latim – <cavallo e  
thio> – como também erra formas latinizadas até hoje, tais como <çadinhos> (de  
assare) e <cenado> (de senado). Na verdade, erra até o que seu esposo corrigira,  
por carta, na escrita dos netos: <decem> por *descem*. Apesar de acertar todos os  
latinismos que escreve (24 ocorrências), isso nada significa, pois são muito pouco  
variados e bem comuns os itens com grafia etimológica: ele usa 13 vezes mais  
itens vocabulares latinizados que a esposa (7 dela contra 95 dele). Ao que tudo  
indica, a taxa de uso da avó, que foi a metade da do avô e, como se vê, fora do  
padrão da dos jornais, passa a ser uma referência para redatores medianos, mas  
não inábeis.

Evidentemente que ainda deverão ser levantados dados de outros jornais, de  
outros redatores sabidamente eruditos, cultos, medianos e semicultos para testarmos  
esse exercício metodológico.

Mas este é um passo inicial de nossas atividades na direção de um tratamento mais  
rigoroso em nossa *Linguística do Corpus*.



## Perspectivas da grafologia à morfossintaxe: a distribuição da forma nominal gerúndio

Uma última questão que sempre se apresenta após operarmos no nível grafológico: os resultados grafemáticos podem implicar paralelo com características em nível gramatical? Um dos caminhos de investigação para buscarmos respostas a essa questão, objetivando a identificação de material escrito mais transparente a usos vernáculos, poderá ser o controle, em paralelo, de fenômenos morfossintáticos. Isso pode ser feito ou pelo estudo de variáveis sociolingüísticas sabidamente características do vernáculo brasileiro hoje, ou pelo estudo da distribuição de formas lingüísticas consideradas como mais freqüentes na oralidade pelos trabalhos sobre oralidade *versus* literacidade.

No primeiro caso, se um dado *corpus* é mais sensível a variantes novas em etapa de difusão, revelando formas que não se encontram em outros *corpora* coevos, esse *corpus* tem grandes chances de ser mais transparente ao vernáculo de sua época. No segundo caso, se houver maior abertura à escrita cotidiana, em geral as formas lingüísticas mais freqüentes na oralidade serão mais freqüentes também neles. É o que se verifica na distribuição de certos conectivos, alguns com alta freqüência em textos escritos, alguns marcadores de textos orais, como os coordenativos aditivos e adversativos. No caso aqui em questão, necessário se faz, apenas, definir uma marca morfossintática a ser usada como referencial comparativo. Façamos uma análise, ainda preliminarmente, com a forma nominal *gerúndio*.

As formas sintéticas, normalmente, são tidas como mais freqüentes na escrita, ao passo que, as analíticas, como mais comuns na oralidade. Isso não é diferente no caso da forma nominal *gerúndio*, que, a despeito de integrar-se a contextos não intercambiáveis, são sempre um modo do verbo. Dessa forma, textos escritos mais próximos de uma escrita cotidiana têm maior chance de apresentar maior índice de ocorrências de *gerúndio* em estruturas com verbos de ligação, e com freqüência maior para o auxiliar mais comum na fala, ou seja, *estar*. Foi assim nas peças populares analisadas por Bertil Maler (1972) e nas cartas de comércio editadas por Barbosa (1999), materiais setecentistas. Comparem-se as distribuições nos impressos e nas cartas dos avós logo a seguir.

TABELA 1

### Distribuição da forma nominal gerúndio em jornais

Tipos de texto	Forma sintética	Forma analítica	Total de gerúndios
Textos literários	157 (87,22%)	23 (12,77%)	180 (100%)
Textos não-literários	129 (94,16%)	8 (5,83%)	137 (100%)
<b>Total nos jornais</b>	<b>289 (90,31%)</b>	<b>31 (9,68%)</b>	<b>320 (100%)</b>

TABELA 2 <b>Distribuição da forma nominal gerúndio nos autógrafos</b>			
Cartas dos avós	Forma sintética	Forma analítica	Total de gerúndios
	40 (64,51%)	22 (35,48%)	62 (100%)

TABELA 3 <b>Distribuição da forma nominal gerúndio entre os autógrafos dos avós</b>			
Cartas	Forma sintética	Forma analítica	Total de gerúndios
Do Avô	38 (70,37%)	16 (29,62%)	54 (100%)
Da Avó	2 (25%)	6 (75%)	8 (100%)

Observe-se a inversão na proporção entre estruturas analíticas e sintéticas no cruzamento entre os dois tipos de fontes: os impressos com alta proporção de formas sintéticas do tipo “*examinei linha por linha, procurando se continha gallicismos*”, ou “*recebi um telegrama anunciando a morte da pobre Zulmira*” (90,31%), ao passo que, nas cartas dos avós, encontramos maior índice de estruturas analíticas. Encontramos 35,48% de sentenças do tipo “*Bebê me diz que voce come bem e esta engordando muito*”. Mesmo focalizando os números absolutos, é significativo haver 22 ocorrências de estruturas analíticas (grande parte com *estar*) em um material tão menor que os milhares de palavras do *corpus* impresso, dentre os quais se contabilizam apenas 31 dados de gerúndio com auxiliares. Esses resultados evidenciam que, segundo o recorte aplicado, as cartas dos avós revelam-se mais próximas do padrão oral que os periódicos impressos. Se isso em si já é significativo, aumenta sua significância o fato de ser uma interface com o que fora constatado no plano grafemático: os textos escritos dos avós são fontes mais abertas a refletir normas de uso de seus autores. Nesse sentido, ao focalizarmos os resultados da tabela 3, vemos que o padrão de uso do avô (70,37% de formas sintéticas) aproxima-se bem mais do modelo dos jornais (90,31% de formas sintéticas) do que o padrão da avó (25% de formas sintéticas). Esses resultados reforçam, agora em dimensão gramatical, a distinção já feita em nível grafológico. Em outras palavras, embora ambos possam ser identificados como informantes de uma norma culta oitocentista, pela metodologia aplicada, pode-se distinguir na amostra a gradação entre eles: ele, um informante erudito em sua época; ela, uma informante mais próxima da cultura escrita do que redatores semicultos, enfim uma redatora comum, mediana em situação de escrita cotidiana mais aberta aos possíveis usos já generalizados na sociedade em que vivia.

## Considerações finais

As hipóteses construídas e comprovadas nesse trabalho permanecem sob a normal suspeita que paira sobre as investigações científicas em fase inicial. De qualquer maneira, fica estabelecido um primeiro referencial objetivo por leitura matemática de sinais concretos. É bem verdade que, para ratificarmos os valores, faltam novos cálculos a serem realizados a partir de escritos autógrafos de outros personagens históricos dos quais saibamos o perfil sócio-cultural. As taxas encontradas deverão ser aprimoradas para diminuir-se idiosincrasias. Contudo, ainda que provisório, definimos um ponto de partida, um referencial para o controle do grau de inserção de redatores na cultura escrita oitocentista: a taxa de uso de etimologizações (**3,69%**) e a taxa de acerto de formas realmente motivadas no significante latino (**90, 35%**).

Cabe dizer que essa empreitada é a dos que desejam seguir as vias da Crítica Textual e chegar às questões da História Social da Escrita, do estudo das Tradições Discursivas e da Lingüística do *Corpus*. Por agora, o que fica de seguro, é nossa constatação de podermos contar com *as cartas dos avós*, um *corpus* representativo da norma de uso de dois informantes da terceira idade do século XIX, fonte de escrita cotidiana gerada numa relação de afeto e dedicação que pôde proporcionar uma imagem menos difusa do estado lingüístico do português brasileiro culto àquela altura. Os trabalhos variacionistas feitos com base nesse material confirmarão esse caráter especial. Que os avós descansem em paz.

## Notas

1. Este trabalho é um dos resultados da Bolsa FAPERJ tipo-APQ2, recebida pelo 1º lugar no Prêmio Cientista Jovem de Nosso Estado – 2003/FAPERJ. Contamos com o auxílio, no levantamento de dados, dos seguintes graduandos da UFRJ: Alexandre Xavier Lima, Núbia Graciella Mendes Mothé, Paula Santos Diniz e Rosane Manhães da Rocha Faria. Provavelmente será também publicado no livro do VI PHPB, realizado em Itaparica (Bahia) em 2004.
2. Ver [www.lettras.ufrj.br/nurc-rj](http://www.lettras.ufrj.br/nurc-rj)
3. Ver, por exemplo, CHAFE, 1982.
4. Cf. CASTILHO, 2003.
5. Cf. BARBOSA e LOPES, 2003.
6. Veja-se que o *grau de habilidade do redator* – seja no tocante à aquisição da escrita alfabética, seja em relação ao conhecimento das estratégias e fórmulas de um dado gênero textual – é, em si, um fator externo, assim como o grau de formalidade, *supratextual*, quer dizer, uma dimensão que se sobrepõe às diversas tipologias.
7. *Apud* CASTRO, DUARTE e LEIRIA, 1987.
8. Por exemplo, veja-se que, versando sobre Madureira Feijó, GONÇALVES, 1997, p. 49 diz: “Quanto ao sistema gráfico adotado em sua obra, este é dominado pelo princípio etimológico (...), estando por isso distanciado do princípio fonético que no mesmo século será defendido por Verney.”

9. Às vezes havia conflitos nos encaminhamentos adotados. Em MARQUILHAS, 1991, vemos as correções dos impressores nas provas de autógrafos de homens renomados do século XVIII e as réplicas desses mesmos autores eruditos.

10. Vale lembrar que o recorte em séculos é mera convenção: não demarca fases discretas de processos históricos. Em nosso caso, as práticas grafológicas dos homens dos setecentos devem ter avançado, ao menos, até os primeiros anos do século XIX. Se tomarmos como referência as grandes mudanças sociais no Brasil, podemos supor que, nas duas primeiras décadas ainda coloniais, diversos parâmetros sócio-histórico-ideológicos ainda concorriam com outros que só se consolidariam ao longo do século XIX. Ainda sob essa idéia de transição, podemos lembrar que, de certo modo, somente com a morte da maioria dos homens de um século é que o novo século, de fato, começa. Nós mesmos, homens do século XX, sentimos isso, hoje, em relação ao século XXI: ainda somos uma grande parte da sociedade que viveu sem as vantagens da informática, diferenciando nossos referenciais de escrita dos das gerações nascidas no século XXI.

11. Informal em tese, pois na relação familiar avós-netos, em geral, anulam-se as forças de autoridade ascendente. Essa realidade contemporânea vem, aparentemente, confirmada no teor das cartas aqui estudadas.

12. Projeto Para uma História do Português Brasileiro – Equipe do Rio de Janeiro (UFRJ): Dinah Maria Isensee Callou, Célia Regina dos Santos Lopes, Afranio Gonçalves Barbosa, Mário Eduardo Toscano Martelotta e Maria Eugênia Lamoglia Duarte e corpo discente fluante. Ver [www.letras.ufrj.br/phpb-rj](http://www.letras.ufrj.br/phpb-rj)

13. Ver o atalho *CORPORA* na página [www.letras.ufrj.br/~folhetim](http://www.letras.ufrj.br/~folhetim).

14. Nossa opção de não incluímos os vocábulos que permaneceram com (ou passaram a) grafias latinizadas até o padrão ortográfico atual não muda o resultado real; apenas fica destacada a pequena diferença efetiva entre as duas épocas. Parece-nos que se trata de caso matemático similar ao das diferenças genéticas, pois, por exemplo, o percentual de diferença entre o homem e o macaco é mínimo, mas um mínimo que, efetivamente, faz enorme diferença.

15. *Semiculto* equivale ao que BARBOSA, 1999, denominava *mãos pouco hábeis*.

16. Conferir em MARQUILHAS, 1999.

17. De forma semelhante a como, hoje em dia, se passa, por exemplo, com professores universitários que não dominam – nem querem dominar – a técnica de escrever em computadores. São cultos, mas inábeis em computação.

## Referências bibliográficas

BARBOSA, Afranio Gonçalves. *Para uma história do português colonial: aspectos lingüísticos em cartas de comércio*.

1999. 484 fl. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa), UFRJ/Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 1999.

\_\_\_\_\_. O contexto dos textos coloniais. In: ALKMIM, Tânia Maria (Org.). *Para a História do Português Brasileiro: Volume III – novos estudos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002, p. 421-431.

BARBOSA, Afranio Gonçalves & LOPES, Célia Regina dos Santos. *Os corpora*. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *Historiando o português brasileiro: História das línguas: variedades, gramaticalização, discursos – Relatório das atividades do Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB) desenvolvidas ao abrigo do Programa CAPES-DAAD-PROBRAL, de 2000 a 2003 (Projeto 109/00)*, 2003. In: [www.alfal.org/Ataliba%20T.html](http://www.alfal.org/Ataliba%20T.html).

CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *Historiando o português brasileiro: História das línguas: variedades,*

- gramaticalização, discursos* – Relatório das atividades do Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB) desenvolvidas ao abrigo do Programa CAPES-DAAD-PROBRAL, de 2000 a 2003 (Projeto 109/00), 2003. In: [www.alfal.org/Ataliba%20T.htm](http://www.alfal.org/Ataliba%20T.htm)
- CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês e LEIRIA, Isabel. *A Demanda da Ortografia Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa. Cap. 3, 1987, p. 141-162.
- CHAFE, Wallace L. Integration and Involvement in Speaking, Writing, and Oral Literature. In: TANNEN, Deborah (Ed.) *Spoken and Written Language: Exploring Orality and Literacy*. Norwood, New Jersey: Ablex Publishing Corporation. Cap. 3, p.35-53. *Advances in Discourse Processes*, Vol. IX, 1982.
- COSERIU, Eugênio. Sistema, norma e fala. In: COSERIU, Eugênio. *Teoria da linguagem e lingüística geral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1987, p. 13-85.
- GONÇALVES, Maria Filomena. As Idéias Lingüísticas em Portugal no século XVIII: *Confluência*. Revista do Instituto de Língua Portuguesa – Liceu Literário Português. Rio de Janeiro: Lucerna, Número 14, p. 37-59, 1997.
- LOPES, Célia Regina dos Santos. Tradição e inovação: o sincretismo entre P2 e P3 em cartas do século XIX. In: LOBO, Tânia (Org.) *VI Seminário do Projeto Para a História do Português Brasileiro*. Salvador: UFBA, 2004. (No prelo).
- LOPES, Célia Regina dos Santos & MACHADO, Ana Carolina Morito (Org.) *Cartas da Família Ottoni aos Netos 1879-1889: corpora diacrônicos PB (fac-símile)*. Rio de Janeiro, UFRJ/PIBIC-CNPq/Labor-Histórico, 2004. (versão eletrônica).
- MALER, Bertil. L'infinitif gérondival portugais: quelques notes sur la propagation. Stockholm: Université. Sep. Stockholm Studies. In: *Modern Philology*, 1973, p. 250-268. 4 vol.
- MARQUILHAS, Rita. *Norma Gráfica Setecentista – do Autógrafo ao Impresso*. Lisboa: INIC (série Linguística, n. 14), 1991.
- \_\_\_\_\_. *Leitura e Escrita em Portugal no Século XVII*. 1996. 420 fl. Tese (Doutoramento em Linguística Portuguesa), Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras, Lisboa, 1996.

